



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXVII PALMAS, QUARTA-FEIRA, 5 DE JULHO DE 2017.

Nº 2478



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Mauro Carlesse (PHS)

1º Vice-Presidente: Dep. Luana Ribeiro (PDT)

2º Vice-Presidente: Dep. Toinho Andrade (PSD)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (PSC)

2º Secretário: Dep. Nilton Franco (PMDB)

3º Secretário: Dep. Cleiton Cardoso (PSL)

4º Secretário: Dep. Zé Roberto (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Rocha Miranda
Dep. Ricardo Ayres - Vice-Presidente
Dep. Olyntho Neto - Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Amália Santana
Dep. Valdemar Junior
Dep. Eli Borges
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio - Presidente
Dep. Paulo Mourão
Dep. Eduardo do Dertins - Vice-Presidente
Dep. Elenil da Penha
Dep. Junior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto - Vice-Presidente
Dep. Eli Borges - Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reunião às quintas-feiras, às 15 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Eli Borges - Vice-Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Osires Damaso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Osires Damaso
Dep. Wanderlei Barbosa

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Zé Roberto
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Vice-Presidente
Dep. Valdez C. Branco - Presidente
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Paulo Mourão
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Júnior Evangelista

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana
Dep. Valdemar Junior
Dep. Olyntho Neto
Dep. Vilmar de Oliveira

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto
Dep. Rocha Miranda
Dep. Junior Evangelista
Dep. Wanderlei Barbosa

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reunião às quintas-feiras, às 16 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Osires Damaso
Dep. Amélio Cayres
Dep. Cleiton Cardoso - Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Júnior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Olyntho Neto

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

MENSAGEM Nº 112/2016

Palmas, 15 de dezembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **OSIRES RODRIGUES DAMASO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
N E S T A

Senhor Presidente,

Encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa Augusta Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 49/2016, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal – CEF.

Inicialmente, esclareço que o envio da presente Propositura foi precedido de consulta à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda, acerca da previsão de concessão de garantia pela União a operações de crédito do Estado, cuja manifestação, na conformidade da anexa cópia do Ofício n. 2970/2016/COPEM/SURINS/STN/MF-DF, de 7 de novembro de 2016, sinalizou a disponibilidade de um limite de R\$ 600.000.000,00.

De acordo com o Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estado e Municípios – Sadipem da STN, onde são registrados esses limites, necessários para captar financiamento junto aos agentes financeiros nacionais e internacionais, com a inclusão das propostas de Operações de Crédito:

I – o percentual do endividamento do Tocantins é de 59,54% para o exercício de 2017, de um total de 200% da Receita Corrente Líquida – RCL;

II – o limite de liberação de recursos anual, em 2017, é de 9,53% do limite total de 16%;

III – o limite de comprometimento anual para amortização da dívida, em 2017, é de 3,40% do total do teto de 11,5%.

Desse modo, a presente Propositura, estando amparada nos termos do acima demonstrado, é iniciativa dedicada ao estabelecimento de ações de infraestrutura para o desenvolvimento do Estado, descritas na conformidade do Anexo Único a esta comunicação.

À vista das considerações postas, solicitando que a tramitação do Projeto de Lei se faça em regime de urgência, na conformidade do disposto no art. 28 da Constituição do Estado, submeto a matéria ao discernimento dessa Egrégia Casa de Leis.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 49/2016

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal – CEF, e adota outras providências.

O Governador do Estado do Tocantins:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Chefe do Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito, até o limite de R\$ 453.240.000,00, com a Caixa Econômica Federal – CEF.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito de que trata esta Lei:

I – destinam-se ao financiamento de ações de infraestrutura para o desenvolvimento do Estado;

II – consignam-se como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou a vincular, como garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se referem os arts. 157 e 159, incisos I, alínea “a”, e II, da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

Art. 3º Incumbe ao Poder Executivo consignar no orçamento anual, durante o prazo estabelecido no contrato, dotação suficiente para amortizar o principal e os acessórios da operação de crédito de que trata esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 15 dias do mês de dezembro de 2016; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

MENSAGEM Nº 66/2017

Palmas, 11 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **MAURO CARLESSE**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
N E S T A

Senhor Presidente,

Na conformidade do disposto nos arts. 121, §3º, e 124, §3º, inciso III, do Regimento Interno dessa Casa, submeto, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação da Augusta Assembleia Legislativa o presente **Substitutivo ao Projeto de Lei nº 49/2016**, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal – CEF, no valor de R\$ 453.240.000,00.

Reiterando as informações da Mensagem nº 112, de 15 de dezembro de 2016, esclareço que o envio da presente Propositura foi precedido de consulta à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda, acerca da previsão de concessão de garantia pela União a operações de crédito do Estado, cuja manifestação, na conformidade da anexa cópia do Ofício nº 2970/2016/COPEM/SURINS/STN/MF-DF, de 7 de novembro de 2016, sinalizou a disponibilidade de um limite de até R\$ 600.000.000,00.

De acordo com o Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – Sadipem, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, onde são registrados esses limites, necessários para captar financiamento junto aos agentes financeiros nacionais e internacionais, com a inclusão das propostas de Operações de Crédito:

I – o percentual do endividamento do Tocantins é de 59,54%

para o exercício de 2017, de um total de 200% da Receita Corrente Líquida – RCL;

II – o limite de liberação de recursos anual, em 2017, é de 9,53% do limite total de 16%;

III – o limite de comprometimento anual para amortização da dívida, em 2017, é de 3,40% do total do teto de 11,5%.

Desse modo, a presente Propositura, estando amparada nos termos do acima demonstrado, é iniciativa dedicada ao estabelecimento de ações de infraestrutura para o desenvolvimento do Estado.

Nesse sentido, buscando a devida autorização para que o Chefe do Poder Executivo contrate operação de crédito até o limite de R\$ 453.240.000,00 com a Caixa Econômica Federal – CEF, conforme já se demonstrou na Mensagem 112/2016, apresento a Vossa Excelência e aos Nobres Pares o presente Substitutivo ao Projeto de Lei 49/2016, oportunizando o detalhamento de ações e valores da proposta original, dentre outras informações, aplicando-se-lhe a seguinte redação:

“PROJETO LEI Nº 49, de 15 de dezembro de 2016.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal – CEF, e adota outras providências.

O Governador do Estado do Tocantins:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Chefe do Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito, até o limite de R\$ 453.240.000,00, com a Caixa Econômica Federal – CEF.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito de que trata esta Lei:

I – destinam-se ao financiamento de ações de infraestrutura para o desenvolvimento do Estado, conforme Anexo Único a esta Lei;

II – consignam-se como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou a vincular, como garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se referem os arts. 157 e 159, incisos I, alínea “a”, e II, da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

Art. 3º Incumbe ao Poder Executivo consignar no orçamento anual, durante o prazo estabelecido no contrato, dotação suficiente para amortizar o principal e os acessórios da operação de crédito de que trata esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 15 dias do mês de dezembro de 2016; 194º da Independência, 127º da República e 27º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

**ANEXO ÚNICO AO PROJETO DE LEI Nº 49/2016
OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNO - AGENTE
FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**

Item	Objeto	UG	Agente Financeiro	Ação Orçamentária PPA/2017	Valor
1	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Polícia Civil e Científica para Fortalecimento da Segurança Pública	SSP	CEF - CAIXA	1039 - Expansão e Adequação da Infraestrutura Predial	28.000.000,00
2	Complementação da Construção das Unidades Habitacionais	SEHAB	CEF - CAIXA	2133 - Produção, Reforma e/ou Ampliação de Habitação de Interesse Social	21.400.000,00
3	Duplicação da Pavimentação - Novo Horizonte a Araguaína	AGETO	CEF - CAIXA	4120 - Pavimentação de Rodovias em Parcerias	86.500.000,00
4	Construção do Batalhão Militar Rodoviário e Divisas – BPMRED.	AGETO	CEF - CAIXA	1110 - Estruturação de Edificações Públicas	3.500.000,00
5	Complementação de Infraestrutura de Urbanização - PRO-TRANSPORTE FASE I e II	AGETO	CEF - CAIXA	4121 - Pavimentação de Vias Urbanas	102.000.000,00
6	Construção do Anexo da Assembleia Legislativa	AL	CEF - CAIXA	1106 - Ampliação das Instalações Físicas da Assembleia Legislativa	50.000.000,00
7	CONTRAPARTIDA - PPPN - Construção de Ponte sobre Lago da Usina Luiz Eduardo Magalhães, em Porto Nacional, ligando Porto Nacional à BR-153.	AGETO	CEF - CAIXA	4026 - Construção e Reforma de Obras de Arte Especiais	22.500.000,00
8	CONTRAPARTIDA PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado do Tocantins	SEPLAN	CEF - CAIXA	1065 - Implementação do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola - Prodoeste	12.450.000,00
9	CONTRAPARTIDA - PIER - Pavimentação Asfáltica e Obras de Arte Especiais em Rodovias Estaduais.	AGETO	CEF - CAIXA	4120 - Pavimentação de Rodovias em Parcerias - 4026 - Construção e Reforma de Obras de Arte Especiais	10.000.000,00
10	Continuidade da Construção do Hospital Geral de Gurupi - HGG	SESAU	CEF - CAIXA	3055 - Reestruturação dos Pontos da Rede de Atenção à Saúde	10.000.000,00
11	Pavimentação da TO-225, ligando o município de Lagoa da Confusão à Barreira da Cruz, divisa com a ilha do Bananal	AGETO	CEF - CAIXA	4120 - Pavimentação de Rodovias em Parcerias	30.000.000,00
12	Implantação e Pavimentação da Rodovia 365 - Gurupi - Povoado Trevo do Praia - 63,5 km	AGETO	CEF - CAIXA	4120 - Pavimentação de Rodovias em Parcerias	64.890.000,00
13	Pavimentação da TO-243, que liga Araguaína ao Povoado Mato Verde.	AGETO	CEF - CAIXA	4120 - Pavimentação de Rodovias em Parcerias	12.000.000,00
TOTAL					453.240.000,00

”(NR)

Pelo exposto, considerando que a presente substituição não modifica a gênese do Projeto de Lei nº 49/2016, submeto a matéria ao discernimento dessa Egrégia Casa de Leis.

Atenciosamente,

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Atas das Sessões Plenárias

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa
23 de maio de 2017

Ata da Quinquagésima Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e três do mês de maio, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Depu-

tados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Zé Roberto, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, Jaime Café, Jorge Frederico, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Osires Damaso, Rocha Miranda, Valdemar Júnior, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana Solange Duailibe e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira e Júnior Evangelista. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, José Bonifácio, Olyntho Neto, Paulo Mourão, Stalin Bucar, Wanderlei Barbosa e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 69/2017, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “dispõe sobre o Consórcio Intermunicipal de Aquicultura e Piscicultura do Estado do Tocantins, nos moldes previstos na Lei Federal número 11.107/05, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 79/2017, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “dispõe sobre a concessão de meia passagem para estudantes no transporte coletivo semiurbano intermunicipal no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 86/2017, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “dispõe sobre a criação do aplicativo APP – Application SOS Vida Mulher”; Projeto de Lei número 90/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “altera a Lei número 2.208, de 12 de dezembro de 2013, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 91/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Samuray de Arte e Cultura – ASAC, com atividade de Araguaína”; Projeto de Lei número 96/2017, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate à depressão no Estado do Tocantins”; Ofício número 362/2017, oriundo do Ministério Público do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 1/2017, que “altera a Lei número 2.580, de 3 de maio de 2012, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins; Ofício número 255/2017, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, encaminhando o Anteprojeto de Lei número 4/2017, que “Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores efetivos do tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Ofício número 256/2017, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, encaminhando o Anteprojeto de Lei número 5/2017, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Ofício oriundo da Prefeitura Municipal de Palmas – Secretaria da Saúde, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto; Ofício de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, informando que foi deliberado na Reunião de Instalação da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que as Reuniões Ordinárias acontecerão às quintas-feiras, às quinze horas; Ofício oriundo do comando Geral da PMTO, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado

Jorge Frederico; Ofício oriundo da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, tecnologia, Turismo e Cultura, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; Ofício oriundo da Secretaria da Saúde, informando a celebração de termo aditivo com a Prefeitura de barra do Ouro-TO; e Ofício número 473/2017, oriundo da Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária, informando a celebração de convênio com o Sindicato Rural de Miracema, tendo por objeto apoiar a realização da 36ª Exposição agropecuária de Miracema, a ser realizada no período de 15 a 23 de abril de 2017. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Toinho Andrade. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 98/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; 99 e 100/2017, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto; 101/2017, de autoria da Mesa Diretora; e os Requerimentos que receberam os números 1.162 a 1.209. Em seguida, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números 1.165 e 1.166, de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade; 1.163 e 1.164, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar; 1.162, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres; 1.167, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero; e 1.168, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Alan Barbiero, Jaime Café, Zé Roberto, Ivory de Lira, Wanderlei Barbosa e Stalin Bucar. Logo após, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião das Comissões, reabrindo-a às Na Ordem do Dia, foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 5/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – Igeprev-TO, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 5/2017; 288/2016, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de assentamento Vale do Bananal, em Couto Magalhaes-TO”, que deu origem ao Processo número 259/2016; 337/2016, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor João de Sousa Leite”, que deu origem ao Processo número 350/2016; 267/2016, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Independente de Futebol e Lazer”, que deu origem ao Processo número 179/2016; 341/2016, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a denominação do Campus da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) em Palmas, como homenagem ao ex-secretário de Educação e ex-reitor da Universidade do Tocantins, professor Ruy Rodrigues da Silva”, que deu origem ao Processo número 352/2016; 33/2017, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “declara de Utilidade Pública a Associação Taquarussu Esporte Clube”, que deu origem ao Processo número 38/2017; 46/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Carlos Magno Campos da Rocha”, que deu origem ao Processo número 59/2017; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números 1.063, 1.117, 1.122, 1.115, 1.116, 1.071, 1.072, 1.123, 1.124, 71, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263 e 264,

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata da Décima Reunião Ordinária 22 de maio de 2017

Às quatorze horas do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Alan Barbiero, Olyntho Neto e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Rocha Miranda e Toinho Andrade. O Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com a aquiescência dos Membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Senhor Deputado Toinho Andrade foi nomeado relator dos Processos números: 330/2016, de autoria do Deputado Eduardo Siqueira Campos, que “Susta os efeitos do Decreto nº 5.516, de 14 de outubro de 2016, que revoga o art. 1º do Decreto nº 2.563, de 27 de outubro de 2005”; 342/2016, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Disciplina a instalação de aparelho eliminador de ar em unidades servidas por ligação de água e esgoto no Estado do Tocantins”; 119/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Define diretrizes para a Política Estadual de Busca a Pessoas Desaparecidas, e dá outras providências”; e 122/2017, de autoria do Deputado Alan Barbiero, que “Altera a Lei nº 2.959, de 18 de junho de 2015 e dá outras providências”. O Senhor Deputado Rocha Miranda foi nomeado relator do Processo número 121/2017, de autoria do Deputado Nilton Franco, que “Denomina a Rodovia da TO-447, que liga a cidade de Paraíso do Tocantins à Chapada de Areia, José Aires Rodrigues”. A Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco foi nomeada relatora dos Processos números: 105/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Cria o Fundo de Alocação de Recursos das Emendas Parlamentares e adota outras providências”; e 120/2017, de autoria do Deputado Nilton Franco, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE de Lagoa da Confusão-TO. O Senhor Deputado Alan Barbiero foi renomeado relator do Processo número 61/2016, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “Institui isenção de taxas no processo de primeira habilitação e renovação da Carteira Nacional de Habilitação aos portadores de deficiência”. O Senhor Deputado Rocha Miranda foi renomeado relator dos Processos números 82/2016, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Miracema do Tocantins o uso das instalações físicas que especifica”; e 126/2016, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Tocantinópolis o uso das instalações físicas que especifica”. O Senhor Deputado Toinho Andrade foi renomeado relator do Processo número 127/2016, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Tocantinópolis o uso das instalações físicas que especifica”. A Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco foi renomeada relatora do Processo número 167/2016, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Araguacema o uso das instalações físicas que especifica”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. A Deputada Valdevez Castelo Branco devolveu o Processo número 148/2016,

de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de aparelho desfibrilador externo automático em locais que designa e que tenham concentração/circulação média diária de 1.500 (mil e quinhentas) ou mais pessoas, no Estado do Tocantins”. O Deputado Olyntho Neto devolveu os Processos números: 359/2016, de autoria do Deputado Zé Roberto, que “Altera os §§ 3º e 4º do art. 27 da Constituição do Estado do Tocantins e adota outras providências”; 06/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Altera o art. 1º-A da Lei 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências”; e também devolveu os Processos números 297/2016, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “Altera o art. 42 da Constituição do Estado do Tocantins” e 26/2017, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação do preço dos serviços, produtos, imóveis e veículos automotores nos anúncios realizados em jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação”, com parecer de vista. O Deputado Alan Barbiero devolveu os Processos números: 22/2017, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Cel. PM Luiz Cláudio Gonçalves Benício”; 80/2017, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor José Francisco da Silva Concesso”; e 97/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Murilo da Costa Machado”. O Deputado Rocha Miranda devolveu o Processo número 30/2017, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Advogado Renato Jácomo”. Na Ordem do Dia, após leitura e deliberação dos respectivos pareceres, os Processos números: 297/2016, 359/2016, 22/2017, 26/2017, 30/2017, 80/2017 e 97/2017 foram aprovados e encaminhados ao Plenário, sendo que os Processos números 297/2016 e 26/2017 foram aprovados com o parecer de vista apresentado pelo Deputado Olyntho Neto; o Processo número 148/2016 foi aprovado com substitutivo apresentado pela relatora, Deputada Valdevez Castelo Branco e encaminhado à Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Turismo; o Processo número 06/2017 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Finanças, Fiscalização, Tributação e Controle; e o Processo número 46/2017 foi aprovado e encaminhado ao Arquivo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata da Décima Primeira Reunião Ordinária 30 de maio de 2017

Às quatorze horas do dia trinta de maio de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Olyntho Neto, Toinho Andrade e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Alan Barbiero e Rocha Miranda. O Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com a aquiescência dos Membros presentes, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Olyntho Neto avocou a relatoria do Processo número 124/2017, de autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre a Revisão Geral Anual da

Tabela de Vencimentos dos Servidores Efetivos e dos Cargos de Provedimento em Comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins e adota outras providências”. A Deputada Valdevez Castelo Branco foi nomeada relatora dos Processos números: 125/2017, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “Dispõe sobre o Consórcio Intermunicipal de Aquicultura e Piscicultura do Estado do Tocantins nos moldes previstos na Lei Federal nº 11.107/05 e dá outras providências”; 129/2017, de autoria da Deputada Amália Santana, que “Institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate à Depressão no Estado do Tocantins”; 131/2017, de autoria da Deputada Amália Santana, que “Dispõe sobre a Criação do Aplicativo *App Application SOS Vida Mulher*”; e 134/2017, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “Dispõe sobre a Criação do Cartão Estadual de Estacionamento para Idosos no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”. O Deputado Rocha Miranda foi nomeado relator dos Processos números: 127/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “Altera a Lei nº 2.208, de 12 de dezembro de 2013 e adota outras providências”; 130/2017, de autoria do Deputado Alan Barbiero, que “Institui no Estado do Tocantins o evento desportivo Oficial Olimpíadas Estaduais das Pessoas com Deficiências - Paraolimpíadas Estaduais”; e 135/2017, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “Torna dispensável a exigência pelo Poder Público Estadual de Autenticação de Cópia em Cartório de documentos pessoais e adota outras providências”. O Deputado Alan Barbiero foi nomeado relator dos Processos números: 128/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Samuray de Arte e Cultura ASAC, com atividade em Araguaína”; e 133/2017, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “Proíbe, no âmbito no Estado do Tocantins, a inauguração e a entrega de obra pública estadual incompleta ou que, embora concluída, não esteja com condições de atender aos fins a que se destina e dá outras providências”. O Deputado Toinho Andrade foi nomeado relator do Processo número 132/2017, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Luta pela Emancipação do Distrito do Luzimangues - Ascomluz”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias e a Deputada Amália Santana devolveu os Processos números: 348/2016, de autoria do Deputado Mauro Carlesse, que “Institui a Semana Estadual de Prevenção aos Acidentes de Moto no Estado do Tocantins e dá outras providências”; 351/2016, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “Dispõe sobre a regulamentação fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas ocupadas tradicionalmente por comunidades remanescentes de quilombos e dá outras providências”, de sua relatoria; 355/2016, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “Acrescenta o inciso III ao art. 2º da Constituição Estadual”; e 21/2017, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Alberto Sevilha”, relatados pelo Deputado Toinho Andrade; e 45/2017, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “Dispõe sobre a isenção da carga tributária do ICMS sobre equipamentos de adaptação, acessibilidade e locomoção para pessoas com deficiências físicas, mentais e visuais no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”, relatado pelo Deputado Rocha Miranda. Na Ordem do Dia, após leitura e deliberação dos respectivos pareceres, o Processo número 21/2017 foi aprovado e encaminhado ao Plenário; o Processo número 348/2016 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Desporto; e os Processos números: 351/2016, 355/2016 e 45/2017 foram aprovados e encaminhados ao Arquivo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária
13 de junho de 2017

Às quatorze horas do dia treze de junho de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Olyntho Neto, Rocha Miranda, Toinho Andrade e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. Estava ausente o Senhor Deputado Alan Barbiero. O Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, que foi lida e aprovada pelos Membros presentes. No Expediente, foram lidos e aprovados por unanimidade os Ofícios números: 930/2017 – CCJ, 931/2017 – CCJ e 932/2017 – CCJ, apresentados pelo Senhor Presidente, a serem encaminhados, respectivamente aos Senhores: Leonardo Lobo Pires, Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios do Ministério, da Secretaria da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda; Marcelo de Carvalho Miranda, Governador do Estado do Tocantins; e Marcos Antônio Kruger, Superintendente Estadual do Banco do Brasil de Palmas, solicitando informação a respeito de autorização de contratação de operação de crédito junto ao Banco do Brasil pelo Chefe do Poder Executivo do Tocantins, PLG nº 48/2016. Na Distribuição de Matérias, o Deputado Olyntho Neto avocou a relatoria do Processo número 141/2017, de autoria do Deputado Zé Roberto, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Cooperação Solidária - Icat, localizado no município de Palmas-TO”. A Deputada Valdevez Castelo Branco foi nomeada relatora do Processo número 137/2017, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “Dispõe sobre a destinação de veículos automotores apreendidos, removidos, depositados ou abandonados em pátios de retenção públicos ou privados e demais estabelecimentos ou propriedades, com ou sem identificação, sem qualquer interesse de órgãos, entidades públicas ou privadas, bem como de seus proprietários”. O Deputado Rocha Miranda foi nomeado relator do Processo número 142/2017, de autoria do Deputado Jaime Café, que “Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Cabeceira Redonda e Loteamento Porteira”. O Deputado Alan Barbiero foi nomeado relator do Processo número 140/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo a ceder ao Município de Xambioá, a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”. O Deputado Toinho Andrade foi nomeado relator do Processo número 138/2017, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Anjo Azul”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Olyntho Neto devolveu os Processos números: 256/2016, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Guaraí o uso da área de terreno urbano que especifica”; 306/2016, de autoria do Deputado Valdemar Júnior, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de fotos de menores desaparecidos nas contas de água, telefone e energia”; 52/2017, de autoria do Deputado Alan Barbiero, que “Susta os efeitos da Portaria Sefaz nº 230 de 18 de março de 2016, que regulamenta a denegação da autorização de uso e recebimento de documentos fiscais eletrônicos no Estado do Tocantins”; e 61/2017, de autoria do Governador do Estado, que “Isenta de custas e emolumentos, junto às serventias extrajudiciais do Tocantins, o primeiro registro de título de legitimação de posse e de título de propriedade de imóvel, outorgados na forma que especifica”. A Deputada Valdevez Castelo

Branco devolveu o Processo número 129/2017, de autoria da Deputada Amália Santana, que “Institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate à Depressão no Estado do Tocantins”. O Deputado Rocha Miranda devolveu os Processos números: 82/2016, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Miracema do Tocantins o uso das instalações fiscais que especifica”; e 55/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “Declara patrimônio cultural imaterial do povo tocaninense as quadrilhas juninas e dá outras providências”. Na Ordem do Dia, após leitura e deliberação dos respectivos pareceres, os Processos números: 82/2016, 256/2016 e 306/2016 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público; o Processo número 61/2017 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; os Processos números: 55/2017 e 129/2017 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Educação, Cultura e Desporto. O Senhor Presidente concedeu vista, pelo prazo regimental, do Processo número 52/2017 ao Deputado Toinho Andrade e, em seguida, encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Décima Terceira Reunião Ordinária
20 de junho de 2017

Às quatorze horas do dia vinte de junho de dois mil e dezessete, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, o Senhor Deputado Olyntho Neto, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, deixou de abrir a presente Reunião por falta de quórum e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. O Senhor Presidente informou que o Senhor Marco Antônio Krüger, Superintendente Estadual do Banco do Brasil de Palmas, por encontrar-se em viagem, não pode comparecer na Reunião para prestar informação a respeito de autorização de contratação de operação de crédito junto ao Banco do Brasil pelo Chefe do Poder Executivo do Tocantins. Estava presente o Senhor Deputado Olyntho Neto. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Alan Barbiero, Rocha Miranda, Toinho Andrade e da Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

Expedientes

DESPACHO

O **Presidente da Assembleia Legislativa**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e em resposta à Questão de Ordem levantada pelo Deputado Zé Roberto, na Sessão Ordinária nº 67, ocorrida no dia 4 de julho de 2017, resolve:

1. Anular a Sessão Ordinária nº 66, do dia 29 de junho de 2017, a qual teve sua abertura realizada por esta Presidência;
2. São nulos todos os atos praticados no decorrer da Sessão, bem como qualquer andamento processual realizado a partir de qualquer ato ou convocação ocorrido durante a referida Sessão;
3. Fica ratificado o despacho proferido pelo Senhor Segundo-Secretário, Deputado Nilton Franco, que, por falta de quórum, deixou de abrir a referida Sessão.

Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, em Palmas, aos 5 dias do mês de julho de 2017.

Deputado MAURO CARLESSE
Presidente

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 788/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Maria de Jesus da Costa e Silva, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar de Gabinete da Presidência, a partir de 1º de julho de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de junho de 2017.

Deputado MAURO CARLESSE
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 789/2017

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Maria de Jesus da Costa e Silva, para o cargo em comissão de Diretora da Escola do Legislativo do Estado do Tocantins, a partir de 1º de julho de 2017.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de junho de 2017.

Deputado MAURO CARLESSE
Presidente

PORTARIA Nº 009/2017– P

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015 e, ainda, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/1993, e

CONSIDERANDO o disposto na C.I. Nº 10 - DICOP, às fls. 03, dos Autos nº 00117/2017, que justifica a necessidade da aquisição assinaturas do Jornal do Tocantins, pelo fato de se tratar de um jornal diário, de reconhecida influência no seio dos formadores de opinião, e que mantém em suas páginas assuntos relacionados com as questões políticas do Estado e, dessa forma, com os trabalhos e interesses desta Casa de Leis,

CONSIDERANDO a Declaração de Exclusividade emitida pela **ACIPA-ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PALMAS-TO**, às fls. 05, em observância ao inciso I, do art. 25, da Lei 8.666/93, declarando que a empresa **J. CÂMARA & IRMÃOS S/A**, CNPJ nº 01.536.754/0003-95, é a única que distribui e comercializa com exclusividade e com circulação diária, em material impresso, o Jornal do Tocantins, em todo o Estado,

CONSIDERANDO ainda, o Parecer nº 116/2017-PGA/AL, da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, às fls. 38/41, opinando pela inexigibilidade do certame licitatório para a aquisição de 40 (quarenta) assinaturas do Jornal do Tocantins, com fundamento no artigo 25, da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a licitação, com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei Federal, nº 8.666/93, e alterações, visando à aquisição de 40 (quarenta) assinaturas completas do Jornal do Tocantins, para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018, em favor da empresa **J. CÂMARA & IRMÃOS S/A**, CNPJ nº 01.536.754/0003-95, processo nº 00117/2017, no valor total de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscientos reais), para atender aos Gabinetes dos Deputados e Diretorias desta Casa de Leis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de junho de 2017.

Deputado MAURO CARLESSE
Presidente

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

Alan Barbiero (PSB – Suplente)

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Cleiton Cardoso (PSL)

Eduardo do Dertins (PPS)

Eduardo Siqueira Campos (DEM)

Elenil da Penha (PMDB)

Eli Borges (PROS)

Ivory de Lira (PPL – Suplente)

Jorge Frederico (PSC)

José Bonifácio (PR)

Júnior Evangelista (PSC - Licenciado)

Luana Ribeiro (PDT)

Mauro Carlesse (PHS)

Nilton Franco (PMDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Osires Damaso (PSC)

Paulo Mourão (PT)

Ricardo Ayres (PSB - Licenciado)

Rocha Miranda (PMDB)

Solange Duailibe (PR – Suplente)

Toinho Andrade (PSD)

Valdemar Júnior (PMDB)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vilmar de Oliveira (SD - Licenciado)

Wanderlei Barbosa (SD)

Zé Roberto (PT)